

**AS LUTAS TERRITORIAIS DA MEMÓRIA CONTRA O  
ESQUECIMENTO: confrontos políticos e movimentos socioterritoriais  
seminais no Brasil**

**THE TERRITORIAL STRUGGLES OF THE MEMORY AGAINST  
THE OBLIVION: seminal contentious politics and socio-territorial  
movements in Brazil**

**José Sobreiro Filho**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, PA, Brasil  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial  
na América Latina e Caribe, São Paulo, SP, Brasil  
sobreirounesp@gmail.com

**Resumo**

A disputa territorial e a organização de movimentos socioterritoriais não são traços recentes da questão agrária brasileira. Pelo contrário, são elementos de um processo histórico-geográfico complexo que motivou um amplo conjunto de sujeitos, tanto à construção de experiências territoriais de ofensivas e resistências quanto a apropriação coletiva e o intercâmbio de experiências de luta. Parte expressiva desse processo resultou em múltiplas significações sobre a noção e conceito de território, no âmbito da lógica-racionalidade dos movimentos socioterritoriais, sendo que algumas expressões foram traduzidas em aspectos étnicos-raciais e culturais, recursos e bens comuns e o corpo. Nosso objetivo neste artigo é apresentar elementos para compreendermos não somente o caráter geográfico das lutas, mas também a indissociabilidade com o processo histórico de construção de resistências territoriais para que, aos poucos, os leitores possam compreender como o tema território compõe parte relevante dos conflitos no campo, desde os últimos cinco séculos de história do Brasil.

**Palavras-chave:** Território. Conflito. Geografia. Movimentos Socioterritoriais.

**Abstract**

The territorial dispute and the organization of socio-territorial movements are not recent elements of the Brazilian agrarian question. On the contrary, they are elements of a complex historical-geographical process that motivated a wide range of subjects, both in the construction of territorial experiences of offensives and resistances, as well as the collective appropriation and exchange of fighting experiences. An expressive part of this process resulted in multiple meanings about the notion and concept of territory, within the logic-rationality of socio-territorial movements, and some expressions were translated into ethnic-racial and cultural aspects, resources and common goods and the body. Our

objective in this article is to present elements to understand not only the geographical character of the struggles, but also the inseparability with the historical process of building territorial resistances so that readers can gradually understand how the theme of territory is a relevant part of conflicts in the world. since the last five centuries of Brazilian history.

**Keywords:** Territory. Conflict. Geography. Socio-territorial Movements.

## **Introdução**

A Geografia brasileira congrega um amplo conjunto de trabalhos que analisam ações coletivas. Estas são interpretadas aos auspícios das mais diversas correntes, escolas, paradigmas e métodos (SOBREIRO FILHO, 2016). Contudo, ainda habita na Geografia uma expressiva ausência do uso de suas especificidades metodológicas e teórico-conceituais na realização das análises. Considerando essa discussão, o intuito deste trabalho se expressa na procura objetiva pela realização de uma leitura geográfica das lutas territoriais e na compreensão de suas transformações e ressignificação do conceito de território, pois além de praticarem uma política contenciosa, também foram protagonistas da busca pela sua ressignificação prático-política, pela insurreição de novas lógicas-racionalidades espaço-temporais e pelo legado histórico para ser analisado. Deste modo, ações, repertórios, eventos e as formas de compreensão do espaço-tempo são imprescindíveis para a execução das análises que nos permitem identificar os elementos singulares e comuns dos confrontos políticos em questão.

A abordagem sobre movimentos socioterritoriais tem sido desenvolvida por pesquisadores do Brasil, América Latina e Europa. No contexto brasileiro, Martin (1997), Fernandes (2005), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2016) se dedicaram largamente ao debate, buscando apresentar as potencialidades da Geografia na análise das ações coletivas organizadas e contra-hegemônicas. Contudo, a dedicação à leitura geográfica ainda está repleta de lacunas e potencialidades, especialmente no que se refere à construção de uma análise multi-temporal e multi-espacial integrada e sobre a fundamentação do processo de complexificação da lógica-racionalidade espaço-temporal ao longo dos séculos. Destaca-se que houve grande preocupação com o estabelecimento mais sólido sobre qual seria a base teórica vinda da própria Geografia, quais e como usar as categorias de análise e suas especificidades metodológicas. Os autores se dedicaram a

evidenciar, dentre outros elementos, a indissociabilidade, a conflitualidade e solidariedade entre espaço, territórios e ações coletivas organizadas contra-hegemônicas.

Nesse sentido, entendemos ser fundamental pensar a concepção histórico-geográfica das organizações contra-hegemônicas. Apesar dos debates sobre movimentos socioterritoriais remontarem de modo mais intenso às últimas duas décadas, as lutas territoriais não são fenômenos recentes. Pelo contrário, remontam a um amplo recorte temporal que tem evidenciado a imprescindibilidade da leitura territorial, para que se possa analisar as conexões, influências e “reencarnações” do processo histórico das lutas contra-hegemônicas. Em outras palavras, é fundamental acompanhar e compreender as mudanças de pautas, estratégias, ações etc. ao longo da história no que se refere ao espaço e território, bem como compreender as lógicas espaço-temporais das organizações.

As representações de território(s) também foram alteradas, inclusive, (re)desmontando-os. O corpo, a cultura, o gênero, o saber etc. sempre foram territórios para alguns sujeitos e, apesar de muitos interpretarem como elementos contemporâneos, isso sempre dependeu da sua condição e fez parte da história de um Brasil negado, cuja memória fora preservada e alimentada por aquilo que entendemos como militância histórica. Do mesmo modo, a luta pelo território não significou somente uma dominação e governança sobre um espaço específico, mas sobre a governança do tempo e das oportunidades políticas em espaços específicos. O luta por território evidencia, assim, a sua indissociabilidade com o presente, o passado e o futuro.

Ora, não é para se tratar somente de uma formação de estratégias e dos intercâmbios “frios” e/ou “assíncronicos” de experiências espaço-temporais entre movimentos socioterritoriais, mas da compreensão histórica sobre a continuidade das lutas por territórios e suas complexificações. Deste modo, é fundamental destacar e remontar às memórias das lutas territoriais contra o esquecimento, promovida aos auspícios de uma concepção pautada para além de um modelo único de desenvolvimento que impõe relações e abordagens para uma ampla diversidade de sujeitos. Objetivamente, as lutas atuais ainda significam as memórias e o presente lutando por e pelos territórios no e do futuro. Contudo, é fundamental ter clareza de que as lutas sempre foram territoriais para alguns sujeitos, mas não necessariamente para outros e a Geografia tem vocação para explicar este fenômeno. Ademais, ainda no século XXI, é muito mais fácil explicar a imprescindibilidade do território, podendo acessar vasto acervo histórico-

geográfico de referências, para as populações tradicionais e originárias do que para os ditos “cidadãos do mundo” que compõem as hegemonias.

A Geografia que defendemos e praticamos é aquela que compreende que espaço e o território também são a *alma mater* dos conflitos, ou seja, a conflitualidade é um atributo essente do espaço, das relações socioespaciais e socioterritoriais e seus processos de disputa-produção-consumo-transformação. Tomando-a como referência no Brasil, podemos destacar que o acesso à terra é um problema estrutural que engendrou uma disputa territorial sangrenta e irresoluta. Ao longo de toda a história da ocupação territorial, levada a cabo prioritariamente pelo homem branco aos auspícios da coroa portuguesa, capitalistas etc., diferentes tipos de conflitos socioterritoriais compuseram as relações socioespaciais. No entanto, via-de-regra, a conflitualidade promovida pelas diferentes matrizes de relações, modos de produção, ideologias e comportamentos socioespaciais tornavam-se mais nítidas somente em momentos de conflitos declarados.

Por meio desta perspectiva, podemos identificar que as lutas não estão necessariamente isoladas. Existem conexões lineares e não-lineares no espaço-tempo. Contudo, um dos problemas maiores que ainda ataca ferozmente alguns territórios, mas que precisa ser compreendido, é a questão do extermínio da vida nas disputas territoriais. São mais de cinco séculos de história brasileira em que os territórios têm sido assassinados por meio do extermínio da vida. Essa é uma questão *sine qua non* para pensarmos o modelo de sociedade e de produção do espaço.

Cabe à ciência geográfica olhar para a história e compreender as singularidades e unidades constantes. Compete a ela analisar a constelação de movimentos e organizações políticas socioterritoriais que confeccionaram a política contenciosa no Brasil e que nos permitem ver como não somente a luta, mas seus atributos e as lógicas-racionalidades espaço-temporais “reencarnadas”, complexificadas e transformadas. Ao se tratar da política contenciosa socioespacial e da política contenciosa socioterritorial protagonizada pelos diferentes movimentos socioterritoriais, vemos nitidamente que quando uma organização se “apaga” outra se “acende” ou coexiste e pode passar a se valer das reflexões, práticas, inovações, repetições, estratégias, legado etc., conformando aquilo que denominamos como um processo histórico-geográfico de conflitualidade reticular.

É fundamental compreender que algumas contendas territoriais até nascem complexas, mas a consciência sobre a sua complexidade não nasce necessariamente

assim. Às vezes levam anos, décadas e séculos para compreendermos sua complexidade e as consequências. Muitas vezes, a compreensão da complexidade de sua luta, vista com maior distanciamento histórico-geográfico, é interpretada como uma grande teia ou constelação de políticas contenciosas. As ações se amarram no espaço-tempo através do estabelecimento de uma lógica-racionalidade espaço-temporal, reticular e territorial.

Assim, as disputas territoriais que analisamos podem ser vistas de diferentes modos, dentre eles: 1) Confrontos territoriais se dão entre territórios; 2) Confrontos políticos socioterritoriais se dão sobre determinados territórios, independentemente de existir a disputa entre dois territórios, pois pode haver divergências/conflitos entre propostas (leia-se também temporalidades) diferentes; 3) Confrontos políticos socioespaciais ocorrem entre lógicas de produção, consumo e transformação do espaço; 4) Confrontos políticos que se tratam objetivamente de oportunidades espaço-temporais e, portanto, valem-se dos territórios (leia-se o território também como oportunidade) como uma forma de alcançar o devir.

### **Disputas territoriais seminais: Confederação dos Tamoios, Guerra dos Potiguara, Trinta Povos, Cariris Confederados, Cabanada, Cabanagem e Balaiada**

As lutas no campo brasileiro são essencialmente territoriais, desde sua gênese, e não é novidade que o primeiro conflito territorial levado a cabo pela coroa portuguesa foi em relação às populações indígenas. De acordo com Fernandes (1999, p. 17), foi justamente das tentativas de escravidão indígena que surgiram diversos movimentos de resistência, dentre eles destacando-se a Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguara como importantes eventos conflituosos.

Os conflitos territoriais desse período já evidenciavam a relação objetiva entre o território, o trabalho, as práticas, os modos de vida, as razões, os corpos e a necropolítica. Apesar da história brasileira ser composta por uma ampla presença de diferentes insurreições políticas, não é possível negar que alguns dos mais importantes elementos comuns foram a disputa por territórios e recursos naturais e humanos. Contudo, de uma forma muito objetiva o território foi ressignificado tanto para os dominados e resistentes quanto para os dominadores. Enquanto os dominadores viveram uma expansão da territorialização material, inclusive corpórea, e imaterial (ideias, religiões etc.), os dominados e resistentes as vivenciaram buscando a liberdade do corpo, das práticas, das

sociabilidades, das crenças, dos saberes etc. Essa diferença evidenciou uma disputa territorial para além do território material e, via-de-regra, visto enquanto externo.

As dominações territoriais cresceram em diferentes relações socioespaciais do cotidiano, ao passo em que também promoveram diversas insurreições políticas de resistência, ou seja, por meio do crescimento das subordinações também houve um processo de complexificação das resistências. Assim, para cada uma das novas prisões materiais e/ou imateriais que o homem branco construiu para os “outros”, houve também uma nova resistência territorial.

Apesar de muitas leituras tenderem para analisar o território do ponto de vista histórico e material por causa das invasões portuguesas, é fundamental compreender que as dimensões dos territórios (cultural, econômica, política etc.) também foram sendo alteradas pelas dominações nas relações do mesmo modo que o território imaterial, especialmente no que se refere à tríade colonização-escravidão-capitalismo. Acreditamos que essa tríade tenha sido a mais perversa semente da disputa territorial posta em prática no continente e que ainda se encontra irresoluta. Não obstante, a Confederação dos Tamoios constituiu-se como um movimento socioterritorial de revolta da nação Tupinambá, que ocupava a região entre o norte da faixa litorânea do estado de São Paulo e o sul do estado do Rio de Janeiro por volta das décadas de 50 e 60 do século XVI. Estas revoltas não se restringiram ao sudeste do país. Outros três registrados que são exemplos históricos da existência de movimentos socioterritoriais combativos foram documentados também no processo intitulado Guerra dos Potiguara, no nordeste brasileiro, os Trinta povos Guarani, que foram massacrados pelas coroas portuguesa e espanhola (FERNANDES, 1999, p. 17), e os Cariris Confederados:

A primeira foi o levante dos índios do sertão no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, sobretudo os cariris, confederados em numerosas tribos, que destruíram fazendas de gado na área ocupada pela pecuária. O avanço dos pecuaristas fizera recuar os índios para as áreas montanhosas e os privara dos terrenos de caça. Os indígenas, por sua vez, caçadores por excelência, encontrando em suas terras os bovinos e caprinos trazidos pelos fazendeiros, passaram a caçá-los como caçavam os animais silvestres, provocando a reação dos fazendeiros, que os acusavam de roubar seus animais. Daí veio a luta, que durou cerca de 41 anos (1683 a 1724) e só foi concluída com a vitória dos fazendeiros, que contataram bandeirantes paulistas familiarizados com a caça ao índio, para os defender. (ANDRADE, 1986, p. 9-10).

Parcela significativa e objetiva destes conflitos foram estabelecidos por conta do par terra/território e trabalho (leia-se também insucesso na escravidão indígena) e que, portanto, estiveram associados, após a “limpeza territorial” com requinte de crueldade (MONBEIG, 1984; SOBREIRO FILHO, 2013), à alocação violenta de escravos negros trazidos da África e, mais tarde, à imigração europeia como estratégia de substituir e descartar a mão de obra escrava negra (MARTINS, 2010). Em outras palavras, o projeto de “desenvolvimento” territorial de poucos sujeitos contou com a subordinação de corpos, culturas e economias de outros espaços e territórios e que a perversidade fora reproduzida com o fito de suprir as necessidades das elites locais enquanto as classes populares eram quase totalmente desterritorializadas, sendo precariamente reterritorializadas somente em momentos interessantes para o capital como, por exemplo, na abolição da escravidão.

Ao longo dos séculos, sobretudo, devido ao avanço da diáspora forçada de africanos na condição de escravos e às incursões rumo ao interior do país, foi estabelecido maior contato com grupos de indígenas e de composição étnica diversa. Entretanto, este cenário foi fortemente caracterizado por uma estratificação social-racial-étnica, cujo homem branco ocupava a posição de privilégio e dominação em detrimento dos demais, e com desdobramentos referentes ao espaço que, por consequência, caracterizava também uma estratificação socioespacial e expressa em termos de direitos sociais “democráticos”; direito ao espaço e às próprias bases da sociedade do capital, tais como venda da força de trabalho e a propriedade privada, e desvelados nos conflitos territoriais e relacionais.

Parcela expressiva dos conflitos territoriais e das revoltas seguintes se basearam não somente na disputa imaterial, mas nas oportunidades, ou seja, no futuro, pois o homem branco tornava o futuro o seu território, por meio do monopólio das oportunidades em detrimento dos “outros” Essa transformação do futuro e do presente em território de um grupo específico cerceou não somente o acesso à materialidade, mas toda uma forma de praticar a política e que teria desdobramento direto no ordenamento territorial nacional.

No entanto, no transcorrer dos séculos e associado ao crescimento da população negra na condição de escravos, ocorreu também o aumento dos conflitos com grupos resistentes que reclamavam e exaltavam a liberdade como escopo central de sua luta e existência. Os quilombos, dotados de pautas territoriais complexas, caracterizaram-se como os principais espaços de luta e resistência, tanto no tocante ao território quanto às múltiplas territorialidades da África. Vertiam-se em espaços privilegiados para a

realização de lutas e resistências eminentemente territoriais marcadas por práticas e ações contra-hegemônicas, especialmente, no tocante à subordinação a uma relação de poder estabelecida pelo homem branco, bem como o direito de resistir com sua cultura, visando assegurar a liberdade sobre as línguas, religiões, músicas, comida, conhecimento etc. Para Moura, o quilombo emerge a resistência como fato natural de uma sociedade escravista:

O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. (MOURA, 1981, p. 87).

O quilombo foi vital não somente para a resistência da cultura, do modo de vida e de suas formas de produzir-consumir espaços, mas também para a sobrevivência dos corpos e das práticas da existência dissonante às opressões. Os corpos que não aceitavam a dominação confeccionaram uma importante cultura da resistência territorial e esta foi para além da materialidade, fazendo com que, aos poucos, cada sujeito fosse um quilombo ou uma célula de quilombo capaz de resistir, de modo latente e/ou de se organizar individual e/ou coletivamente com o fito de poder praticar seu modo de vida. Esta forma de luta e resistência territorial também esteve presente em outros estados, fato que refletia as raízes da lógica que regia os quilombos e as territorialidades africanas:

Em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, onde quer que o trabalho escravo se estratificava, ali estava o quilombo, o mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência. Lutando. Desgastando as forças produtivas, quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos, fato que constituía, do ponto de vista económico, uma subtração ao conjunto das forças produtivas dos senhores de engenho. Sua organização interna tinha como elemento importante as instituições tribais que os negros traziam da África e que aqui deixavam de ser meros elementos supérstites à medida que o escravo se rebelava, tornando-se elementos de negação do sistema escravista. A hierarquia que se estabelecia nos quilombos exprimia um novo sistema de valores criado pelos rebeldes, isto é, significava que a dicotomia senhor-escravo deixava de existir para se estabelecer outra que funcionava dentro dos padrões de controle dos próprios elementos do quilombo. (MOURA, 1981, p. 87).

Outro elemento interessante para se compreender a luta e resistência territorial não competia somente à existência dos Quilombos, mas também a importância das guerrilhas:

Elemento complementar do quilombo, muitas vezes independente de sua estrutura, foi a guerrilha, que proliferou em diversos locais nos quais os quilombos apareciam. Menos numerosa, a guerrilha tinha outros objetivos: o quilombo aglutinava os elementos que fugiam e procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente. Daí funcionai- aquela hierarquia de valores tribais a que nos referimos, além dos seus traços de cultura que funcionavam no desenvolvimento da agricultura local, na fabricação de armas, ria forma de governo. A guerrilha era extremamente móvel. Por isto mesmo pouco numerosa. Atacava as estradas, roubando mantimentos e objetos que os quilombos não produziam. Eram seus componentes também sentinelas avançadas dos quilombos, refregando com as tropas legais, os capitães do-mato e os moradores das vizinhanças. (MOURA, 1981, p. 88).

Em síntese, esta forma de luta e resistência foi uma das mais complexas da história, pois, ao mesmo tempo em que se caracterizava como um território multidimensional (social, político, cultural, ambiental, etc.) de luta e resistência baseada na coletividade, também evidenciava a liberdade, perante a conjuntura político-jurídica, como um território que só poderia, naquele contexto, efetivar-se no Quilombo, ou seja, na constante luta desta *forma fundamental de resistência* contra as forças que ditavam as relações socioespaciais e que muitas vezes demandavam ações ostensivas aos “senhores”, sendo mais recorrentes e acentuadas em áreas com maior presença de trabalho escravo (MOURA, 1981, p. 89-101). Além do curioso caráter que mesclava práticas de ofensiva e resistência face ao território do colonizar-escravista, outro elemento relevante das políticas contenciosas era a articulação que evidenciava a constituição de uma lógica-racionalidade espaço-temporal de caráter reticular e territorial em diferentes contextos:

Durante a devassa que se processou do movimento, constatou-se que havia um embrião de estrutura organizativa, porém ainda muito débil. Haviam, como os da Bahia, formado uma associação secreta e tudo leva a. crer que tivessem alguns dos seus membros ligações com os insurretos daquele Estado, pois em outros levantes de escravos fluminenses tal ligação foi constatada. Mais uma prova de que essas revoltas não eram atomizadas mas se interligavam numa rede subversiva que se espalhava por toda a área do trabalho escravo - Da mesma forma como a Ogboni ajudou os escravos na sua luta contra o instituto que os oprimia, essa organização secreta de Vassouras foi elemento aglutinador dos escravos fluminenses. (MOURA, 1981, p. 102).

Dentre os diversos registros, destaca-se a União dos Palmares, localizado na Zona da Mata entre os estados de Pernambuco e Alagoas. Segundo Fernandes (1999, p. 16):

Era um conjunto de povoados socialmente organizados que formou a União dos Palmares. Os principais eram *Acotirene, Andalaquituche, Zumbi, Tabocas, Osenga, Subupira, Macaco, Aqualtume, Dambranga e Amaro*. Os povoados eram formados pelos núcleos de moradia, onde existiram mais de 1500 casas protegidas por paliçadas. Nessas terras os palmarinos cultivavam suas roças de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, criavam galinhas, caçavam e pescavam. Estima-se que, por volta de 1670, perto de 20 mil pessoas viviam neste território.

E Andrade:

O Quilombo dos Palmares, surgido nos fins do século XVI (1597), teve duração de quase um século (até 1695), dominando grandes áreas dos atuais estados de Pernambuco e Alagoas. Os escravos negros que para aí fugiram, aproveitando inclusive a desorganização entre os dominadores durante guerra holandesa, constituíram aldeias confederadas, desenvolvendo a agricultura e o comércio. Em certos períodos chegaram até a comercializar com os colonizadores. Mas a “república” negra consistia numa ameaça permanente à colonização portuguesa, que pela possibilidade de ataques aos colonos, quer pelo exemplo que dava aos outros escravos, sempre desejados de liberdade. (ANDRADE, 1986, p. 10).

Palmares, cuja existência permeou 1602-1694, é considerado um marco na história de luta e resistência negra no Brasil, sendo Zumbi a principal referência. Em meados do final do século XVII, Palmares foi fortemente combatido por forças bandeirantes e derrotado. No entanto, houve diversas revoltas em diferentes partes do país: Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. (ANDRADE; 1986; FERNANDES, 1999). Embora o movimento tenha sido derrotado, sua influência ressona no processo de produção do espaço-tempo contra-hegemônico.

Além das inúmeras revoltas e estratégias e espaços de luta e resistência dos negros, também ocorreram outras rebeliões que compreendiam os outros sujeitos que compunham as classes populares, dentre elas: a Cabanada; a Cabanagem; Balaiada; e Quebra-Quilos. Este primeiro, inicialmente, teve boa relação com a ruptura do Brasil com a metrópole, defendendo os interesses dos senhores de engenho que lutavam contra os liberais, mas rapidamente passou a representar os grupos populares:

No Nordeste esse descontentamento deu origem a movimentos populares naquele período, dentre os quais se pode destacar a Guerra dos Cabanos, que dominou grandes áreas de florestas de Pernambuco e Alagoas, tendo-se iniciado sob a chefia de um pequeno proprietário do Agreste, Antônio Timóteo, e, após a morte deste, continuado durante seis anos sob um autêntico líder popular, Vicente Ferreira de Paula, filho bastardo do vigário de Goiana e sargento desertor do exército. Desenvolvendo um sistema de guerras e

guerrilhas e tendo grande apoio da população pobre local, ele pôde, durante vários anos, resistir às forças regulares e às arregimentadas pelos oficiais da guarda Nacional até que, em 1836, vendo-se abandonado pelos seus comandados, no cerco em que foram colocados, fugiu com oitenta escravos para o interior permanecendo por mais vinte anos nas matas da cabeceira do rio Jacuípe (ANDRADE, 1965). (ANDRADE, 1986, p. 11).

Indubitavelmente a Cabanada foi composta por um grupo muito diverso de moradores, lavradores, brancos, mulatos, cafuzos, escravos e indígenas, que ora teve caráter de movimento pacífico, ora de guerrilha. Contudo, assim como a maioria das insurreições políticas, terminou por ser oprimida, encontrando na fuga sua única alternativa.

*Outro movimento contemporâneo foi a Cabanagem. Assim como a Cabanada, foi um movimento regional que envolveu diferentes grupos, porém tivera como centro de seu processo e, portanto, sua força motriz, as classes populares que sofriam de problemas comuns, ou seja, os negros, tapuios, mulatos e cafuzos, além de brancos tão pobres que mal conseguiam gozar dos privilégios de sua cor (RICCI, 2006). Em síntese, pode-se dizer que a Cabanagem foi tanto uma das insurreições políticas mais importantes do século XIX quanto também uma das que mais significou em termos de grandiosidade. Sua influência ainda pode ser verificada nas ações coletivas populares do Pará e sua representatividade e ideias foram capazes de construir significados únicos: [...] o mesmo movimento ensinou a liderança a muitos interioranos da Amazônia, transmitindo-lhes um significado próprio para palavras como “constituição” e “patriotismo”. [...] muitos cabanos acreditavam poder trilhar seu percurso, fazendo sua leitura e interpretação para aquilo que consideravam justo e pio”.* (RICCI, 2006, p. 27). Nas palavras de Ricci (2006, p. 6), esta revolução social, iniciada em Belém do Pará no ano de 1835, deixou algo entorno de 30 mil mortos, dentre eles negros, indígenas e uma parcela significativa da elite da Amazônia. Sua expressão territorial fora amplificada através dos rios e do Atlântico, aproximando-se do litoral norte e nordeste.

No entanto, a Cabanagem também não teve muito sucesso. Muitas lideranças e membros foram perseguidos, fugiram para o interior das matas amazônicas, sucumbiram à fome, doenças, confrontos e para outros a única alternativa foi a criação de Quilombos e comunidades compostas por negros, mestiços e indígenas (RICCI, 2006). Uma parte relevante da cabanagem passou a contestar não somente a dominação territorial promovida pela colonização capitalista e espoliadora, mas também o alijamento das

classes populares e a subordinação dos territórios e seus recursos. Tornou-se um ponto luminoso na história das ofensivas e resistências no mundo, na Amazônia e, sobretudo, no estado do Pará. A cabanagem deixou um legado que ainda pode ser visto nos movimentos regionais do norte do Pará, o próprio MST tem uma de suas regionais intitulada como Cabana, um acampamento denominado “Terra Cabana” e suas consignas comumente rememoram a disputa territorial cabana para além do território material.

É fundamental destacar que ainda neste contexto de revoltas, a Balaiada, o Ronco da Abelha e Quebra-Quilos (COLOVAN, 2009; SECRETO, 2008) e a Revolta dos negros Malés (ANDRADE, 1986; SILVA, 2003) foram eventos importantes que marcaram as insurreições políticas no século XIX. Todas tiveram a presença de trabalhadores do mundo rural e/ou camponeses escravos e/ou libertos negros, mestiços e indígenas, ou seja, das classes populares. Segundo Assunção (2008, p. 171), a Balaiada (1838-1841) foi uma “*guerra de resistência do campesinato contra o recrutamento arbitrário e os abusos de uma elite que se considerava branca e superior*”. Face à conjuntura de ampla articulação espacial, destacamos a Balaiada como um importante movimento na conjuntura. De acordo com Andrade (1986), sua importância teve lastro na área ocupada, nas cidades conquistadas e na ameaça ao governo. Embora seja vista com um movimento único, tivera três frentes lideradas por sujeitos oriundos das classes populares que, salvas as diferenças, apresentavam elementos comuns (1986, p. 11-2). Em síntese, podemos apontar que a Balaiada foi uma importante insurreição política, contendo inclusive guerrilha sertaneja (DIAS, 2008, p. 201), e que se destacou pela sua complexidade, tal como destaca Dias:

A Balaiada é um movimento que se destaca por sua amplitude, duração, composição social, eficácia da repressão, formas de organização, mobilização, táticas, reivindicações e lideranças. Ao buscar sua especificidade, deparamos com uma variada classificação: rebelião, revolta, sedição, insurreição, revolução e sublevação. (DIAS, 2009, p. 200).

### **Canudos, Contestado e Cangaço**

Outras três insurreições políticas contenciosas eminentemente territoriais, que se opunham diretamente às formas hegemônicas de governo e domínio, das respectivas conjunturas, e que são tanto de extrema importância para se compreender a evolução e construção das formas territoriais de luta e resistência quanto pelo fato de que parcela destas experiências ainda estão presentes, sobretudo, nos imaginários dos movimentos

socioterritoriais, foram: Canudos, o Contestado (MARTINS, 1981); e o Cangaço. Canudos ou o período conhecido “Guerra de Canudos” desenrolou-se em um contexto marcado pela concentração do poder nas mãos de coronéis. O movimento, conhecido como Belo Monte pelos habitantes, foi considerado uma das principais experiências de resistência e luta:

O movimento composto por camponeses, vaqueiros, jagunços e ex-escravos foi liderado por Antônio Maciel (O Conselheiro), também reconhecido como homem culto (caixeiro, professor e advogado) que peregrinou por vários estados do nordeste até se estabelecer em uma fazenda abandonada que mais tarde veio a ser chamada de Canudos, onde fundou o povoado chamado Belo Monte com mais de cinco mil casas e trinta mil habitantes. Foram acusados de monarquistas e exterminados pelo exército entre 1896-1897 (MARTINS, 1981, p. 52). Antônio Conselheiro foi considerado a principal liderança de Canudos. Estabelecido a partir de 1883, Canudos foi composto por uma população que compartilhava formas cooperativas de trabalhos e, portanto, significavam enfrentamento ao Estado e interesses conjunturais (FERNANDES, 1999).

As formas de organização praticadas pelo movimento foram expressivamente afrontosas para com o Estado e as elites locais, pois sua construção territorial subvertia objetivamente a soberania do Estado. Deste modo, o Estado brasileiro, representado pelos militares, realizou ataques à população de Canudos entre os anos de 1896 e 1897. Em outubro deste último ano, foi realizado o último ataque, ao todo foram quatro (MARTINS, 1981, p. 54-5), que marcou a derrocada de Canudos (FERNANDES, 1999, p. 19). Em síntese, Canudos caracterizou-se como um marco da construção socioterritorial de enfrentamento e resistência camponesa baseada na cooperação e, portanto, em relações diferenciadas em comparação às até então compreendidas e desenvolvidas pelo Estado, representando uma ameaça baseada na construção e organização de um território alternativo e caracterizado pela resistência.

A outra insurreição política, também ocorrida em período próximo, porém alhures, foi o Contestado. Também conhecido como “Guerra do Contestado”, foi um marco na história dos conflitos territoriais não só pela duração e quantidade de envolvidos, somando mais de 20 mil rebeldes e metade do efetivo do exército do período, mas também pelo envolvimento de fé, messianismo, posseiros, coronelismo (MARTINS, 1981, p. 55). É fundamental destacar que, assim como na maioria dos casos, houve

significativa desproporcionalidade de força entre os lados que compuseram o conflito. A princípio, a liderança messiânica José Maria faleceu, juntamente com alguns de seus mais notórios combatentes, no entanto os camponeses persistiam na esperança de que o líder viesse a ressuscitar (MARTINS, 1981, p. 57).

Assim como a maioria das insurreições políticas que propunham outra forma de ordenamento e desenvolvimento socioterritorial já citadas anteriormente, o Contestado apresentava uma forma de organização socioespacial diferente das até então vigentes e, portanto, os participantes foram acusados de monarquistas. Apesar dos anos de luta e resistência, sua derrocada foi ocorrendo aos poucos. Martins (1981) e Auras (1984) destacam que os camponeses aos poucos foram sendo destruídos e que a fome também contribuiu significativamente para sua derrocada.

De outro lado, o cangaço foi uma das formas mais importantes de “banditismo” que tivemos no Brasil. Sua existência foi marcada também por conflitos armados que tinham por trás de sua existência diversos tipos de conflitos relacionados às disputas entre famílias, vingança, honra, luta pela terra, conforme apresenta Martins (1981):

[...] eram geralmente sitiantes, posseiros, pequenos lavradores e criadores, camponeses, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências da polícia local comandada pelos chefes políticos. Vingada a ofensa, geralmente entravam para um bando, tornando-se cangaceiros. Creio ser útil distinguir o jagunço do cangaceiro – o jagunço trabalhava para um patrão; o cangaceiro era livre, mesmo quando prestasse um serviço a alguém, matando um desafeto. (MARTINS, 1981, p. 59).

A importância do cangaço deve-se tanto à expressão de uma conjuntura socioterritorial extremamente desigual e concentrada em oposição também a uma conjuntura predominantemente coronelista. O conflito levado adiante pelos cangaceiros, em boa parcela composto por camponeses (MARTINS, 1981, p. 59), dentre uma grande diversidade de motivações, baseavam-se na luta de classes, sobretudo, seu perfil de luta e oposição. No entanto, havia diferenças significativa entre os grupos do cangaço. Dois líderes de bandos do movimento que se destacaram foram Antonio Silvino e o Lampião; este último ocupa, sobretudo, papel de destaque na cultura de diferentes estados do nordeste brasileiro:

O caso de Antonio Silvino, provavelmente o cangaceiro mais característico e mais importante da história do banditismo rural brasileiro, talvez seja esclarecedor. Silvino começou sua luta muito moço, vingando o pai. Agiu em Pernambuco, Ceará e Paraíba durante

20 anos, tendo sido ferido e preso em 1914, indultado em 1937 por Getúlio Vargas. Silvino impunha como norma ao seu bando não atacar camponeses e trabalhadores pobres. Atacava fazendas e casas de comércio, promovia o saque e muitas vezes distribuía o que arrecadava entre os pobres, inclusive dinheiro. Era temido e admirado. (MARTINS, 1981, p. 59-0).

E:

Lampião, outro cangaceiro célebre, que entrou para o cangaço com 20 anos, em 1917, e foi morto em 1938, nem sempre agiu do mesmo modo. Houve vezes em que alugou sua arma para executar vinganças privadas. Nem sempre manteve uma clara distinção entre ricos e pobres, recebendo coito de grandes fazendeiros. Para vingar a morte do pai, entrou para o bando de Sinhô Pereira, um homem rico, um coronel. Quando Sinhô deixou o cangaço e se retirou para Goiás, em 1922, assumiu a chefia do bando.

[...] Lampião intimava fazendeiros, sob pena de represálias, a lhe entregarem dinheiro, a pagarem tributos. O cangaceiro era principalmente o camponês que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado, mas que em resposta se vingava da classe, percorrendo vínculos de sangue de seus desafetos para exterminar parentes. A vingança não era apenas pessoal. Por isso, uma violência podia ser vingada num parente de mesmo sangue, envolvendo um número imenso de pessoas. (MARTINS, 1981, p. 60).

É relevante destacar que muitas das ações, majoritariamente, ocorriam em localidades mais ricas e contra comerciantes ou fazendeiros pecuaristas com condições econômicas mais abastadas, como parte de um contexto de luta de classes: “*Embora a vingança e o sangue permeassem a ação do cangaceiro, o sentido da sua luta, as linhas divisórias do seu mundo eram linhas de classe.*” (MARTINS, 1981, p. 61).

### **Ligas Camponesas**

A formação de Ligas com perfis combativos, inclusive revolucionários, não têm seus pilares no Brasil, conforme já fora ponderado por Engels (1946, p. 49-0). No entanto, foi no nordeste brasileiro que se conformaram algumas das experiências mais relevantes de movimentos socioterritoriais camponeses, baseados no formato de ligas camponesas.

Contudo, ao tratarmos das Ligas, é fundamental destacar a importância do PCB - Partido Comunista do Brasil (ANDRADE, 1986, p.25). No contexto das mediações do PCB, especialmente no tocante às lutas trabalhistas, da organização do campesinato e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, houveram inúmeras insurreições políticas que reforçam a importância do partido e seu protagonismo na formação, articulação e auxílio às lideranças, conforme a literatura de Welch (2010) e Welch & Geraldo (1992) nos sugere.

No tocante aos sindicatos rurais, é fundamental destacar que suas estruturas, assim como os direitos para os trabalhadores rurais, desenvolveram-se de maneira muito tardia, fato que se desdobrou na pouca quantidade de sindicatos criados até a década de 50. Apesar da importância dos sindicatos, cremos que as Ligas Camponesas tiveram uma expressão mais interessante ao nosso trabalho, por tratarem de revoltas que partiram essencialmente do campesinato. Este sujeito político foi penetrando no legislativo e criando tensões geopolíticas, devido ao medo de uma possível revolução socialista e se espacializando expressivamente pelo nordeste do país (CASTRO, 1967; JULIÃO, 2009)

As ligas foram forjadas em um contexto de pobreza, analfabetismo, exploração, concentração de terras e avanço da cana-de-açúcar em detrimento do território camponês por meio da expropriação. O Engenho Galileia ocupa importante papel na história das Ligas Camponesas no Nordeste, pois foi no bojo do acirramento da conflitualidade estabelecida entre camponeses e latifundiário que nasceu a revolta e o desespero no coração dos camponeses (ANDRADE, 2009, p. 75).

Apesar da pobreza extrema ter sido um dos principais fatores que contribuíram para a formação das Ligas, fora a falta de condições para enterrar os camponeses, com o que se considerava o mínimo de dignidade (caixão), o fator que atingiu significativamente a honra do povo nordestino, conforme podemos ver em Castro:

Em 1955, João Firmino, morador do Engenho Galiléia, fundava a primeira das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro. Não fora seu objetivo principal, como muita gente pensa, o de melhorar as condições de vida dos camponeses da região açucareira, ou de defender os interesses desses bagaços humanos, esmagados pela roda do destino, como a cana é esmagada pela moenda dos engenhos de açúcar. O objetivo inicial das Ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de misérias; os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com ele apodrecer lentamente pela eternidade afora. Para isto é que foram fundadas as Ligas Camponesas. De início, tinham assim muito mais a ver com a morte do que com a vida, mesmo porque a vida não havia muito o que fazer... Só mesmo a resignação. A resignação à fome, ao sofrimento e à humilhação. (CASTRO, 1967, p. 23).

Além da extrema pobreza, a atmosfera de abusos e as constantes ameaças contribuíram para o encorajamento dos camponeses e o enfrentamento contra o patrão. Obviamente que a resposta para os camponeses se verteu em forma de ameaças e medidas

expropriatórias que chegaram a envolver a polícia e a esfera jurídica (CASTRO, 1967, p. 31-2). No entanto, os camponeses organizados buscaram auxílios jurídicos como a principal forma de resistir em seu território. É justamente neste contexto que surgiu Francisco Julião, como um dos principais sujeitos da história das Ligas camponesas:

E se agora, no meio desta luta intensa, queriam expulsar de suas terras os moradores do Engenho Galileia em nome da lei, usando contra eles os subterfúgios da lei, que eles candidamente ignoravam, era necessário, para que eles pudessem se defender e resistir, que fosse consultado um advogado, versado na lei. Mas advogado custa muito dinheiro e a caixa da Liga estava bem pouco provida de recursos. Pressionados pelas circunstâncias, procuraram os dirigentes da Liga um advogado modesto, até então obscuro, mas que já havia aceito defender outras causas de camponeses escorraçados pelos donos de latifúndios noutras terras: este advogado se chamava Francisco Julião. Aceitando patrocinar a sua causa, Julião deu início à luta judiciária pela permanência dos camponeses na Galiléia. Seu instrumento de luta era o Código Civil, que ele cedo verificou ser uma arma de pouca serventia para defender os direitos dos pobres, tendo sido elaborada para defender os interesses dos ricos, enquanto o Código é que fora concebido para ser aplicado aos pobres. Perdendo terreno na arena judiciária, Julião apelou para outro campo de luta, usando, ao lado da tribuna do Foro, a tribuna política, aproveitando a circunstância de dispor de um mandato de Deputado Estadual na Assembleia do Estado de Pernambuco. E foi assim que o advogado Julião se foi transformando pouco a pouco em agitador social. Em denunciador público dos crimes hediondos do latifundiarismo. E foi assim que as Ligas Camponesas começaram a se espalhar por toda a região, com a criação de novos núcleos, que se constituíram sob a pressão das circunstâncias – da violência e da opressão desbragadas do latifundiarismo – num instrumento de ação política libertadora, esgrimindo a ideologia, o proselitismo, a doutrinação. Nesta fase de acesa luta, a imprensa começou a tomar conhecimento das escaramuças mais importantes, relatadas sempre com violentos ataques aos “terroristas” na página inicial dos jornais. Depois o assunto passou para a página política, fornecendo matéria para os artigos de fundo. E as Ligas camponesas foram assim tomando corpo e ganhando nova alma. Começaram a assustar seriamente o Nordeste inteiro, como se fossem uma espécie de dragão ameaçando engolir toda a terra dos grandes proprietários do Nordeste e destruir a paz, a ordem e a riqueza de que sempre gozaram esses proprietários tão amantes da ordem. (CASTRO, 1967, p. 33-4).

Vale destacar que, apesar da forte importância de Francisco Julião, não foi este o protagonista na criação da Liga da Galileia (JULIÃO, 2009, p. 276). A Liga da Galileia teve forte liderança de Zezé da Galiléia e Manuel Severino de Oliveira. No entanto, a atuação de Julião foi de suma importância nas práticas cotidianas de massificação e especialização das Ligas (JULIÃO, 2009, p. 277), bem como, sobretudo, no contexto de disputa legislativa (ANDRADE, 2009, p. 76). Obviamente que o sucesso da Liga da

Galiléia foi determinante para a espacialização em mais vinte e seis municípios de Pernambuco e quatro na Paraíba, destacando-se o núcleo Sapé, com aproximadamente sete mil associados (ANDRADE, 2009, p. 77).

Outro ponto de extrema importância e que merece destaque é que houve muita violência contra as Ligas Camponesas, algumas destas encerrando-se em mortes de lideranças famosas como o caso de João Pedro Teixeira (ANDRADE, 2009, p. 78), ou em outras formas de violência que revelam um alto requinte de crueldade, tal como aponta Julião:

Tais crimes chegam a ser hediondos. Derrubam os casebres e arrancam, de trator, as fruteiras dos camponeses, rebelados contra o aumento extorsivo do foro, o “cambão,” o “vale do barracão,” o “capanga”, o salário de fome. Arrastam-nos de jipe, deixando-os em carne viva. Amarram-nos sobre o caminhão como se faz com o gado e passeiam com eles até pela cidade. Com um ferro em brasa, marcam-lhes o peito e as nádegas. Um é posto lambuzado de mel sobre um formigueiro. Outro é metido numa cuba cheia d’água, permanecendo noite e dia a pão seco, servindo-se daquela mesma água contaminada pela urina e pelas fezes, onde fica mergulhado até a boca. Um terceiro é caçado como uma raposa e morto a tiros de revólver e de rifle. E, quando a família põe uma cruz tosca de madeira, como é de costume, no lugar onde tombara, a fúria do latifúndio se abate sobre a cruz, que é desfeita em pedaços. Tem havido até camponeses mutilados em presença de outros, sendo os pedaços de sua carne oferecido aos cães para servir de exemplo. Existe o caso de um desgraçado que teve os testículos presos a uma gaveta no interior do seu próprio mocambo de capim, a que atearam fogo em seguida. (JULIÃO, 2009, p. 281).

Por fim, as ligas camponesas seguiram em funcionamento e resistindo à violência até 1964, quando a ditadura militar assumiu o governo brasileiro e estrategicamente pôs as ligas camponesas na ilegalidade, por meio da proibição de seu funcionamento.

### **As Guerrilhas: Formoso e Trombas, Araguaia e Porecatu**

Durante o período de 1950 a 1964, houve importantes insurreições políticas no campo brasileiro levadas a cabo pelo campesinato. Dentre os conflitos ocorridos em diversas regiões, destacamos Formoso e Trombas, Porecatu e Araguaia pelas respectivas complexidades organizacionais em prol à legitimação, resistência territorial e também por conta da intensidade conflitiva. A partir de um ponto de vista territorial, podemos compreender que estes movimentos foram eminentemente socioterritoriais e fizeram uso de forças armadas camponesas, como forma objetiva de resistir ao Estado e aos

latifundiários que visavam expropriá-los e oprimi-los, fato que arrolou ao movimento também um caráter de guerrilha.

Formoso e Trombas, também conhecida como “Revolta Camponesa de Formoso e Trombas”, “Guerrilha de Formoso e Trombas” e “República Popular de Trombas”, segundo Esteves (2009, p. 161), foi uma das mais expressivas lutas do contexto, não somente pela resistência territorial, mas por propor a organização de uma outra estrutura sociopolítica para regimento de seu espaço/território.

A origem do conflito teve relação direta com o afluxo de colonos para a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, no município de Ceres, e que, por não encontrarem mais espaço na colônia, optaram por avançar rumo a Trombas e Formoso (CUNHA, 2009, p. 59). Conseqüentemente, este processo gerou um conjunto de conflitos entre os camponeses, oriundos deste afluxo, e os “fazendeiros” grileiros, que rechaçaram ostensivamente os intentos dos colonos na região; estes, conseqüentemente, elegeram a resistência como sua principal opção, sendo que se desdobrou em uma das mais ousadas e importantes experiências revolucionárias brasileira (ESTEVES, 2009, p. 162).

No bojo desta insurreição política, é importante destacar a participação do PCB como um importante dinamizador do conflito, especialmente a partir do deslocamento de quadros de sua militância:

A bibliografia que trata das lutas em Formoso e Trombas concorda em apontar 1954 como um ano demarcatório na história dos conflitos na região. Tal mudança é atribuída à chegada dos primeiros quadros do PCB ao cenário das disputas. O PCB atuava no campo nesse período adotando a linha definida pelo Manifesto de Agosto de 1950 e ratificada pelo IV Congresso de 1954. (ESTEVES, 2009, p. 164).

Duas lideranças foram importantes para se compreender as ações, a condução do conflito em Trombas e Formoso, sendo eles Firmino e José Porfírio:

O processo de resistência teve início na área de Formoso, com a destacada atuação do camponês Firmino, que, segundo algumas fontes, tivera algum contato com o PCB em um período anterior, e, em Trombas, com a figura de José Porfírio. O primeiro procurou mobilizar os posseiros, enfrentando os grileiros e teve sobre seus ombros as conseqüências maiores de sua postura, sendo barbaramente torturado. Depois disso, ele não ficaria mais tempo na região. Em Trombas, José Porfírio também procurou equacionar a pendência com grileiros por vias legais e diálogo, tentando fazer acordos, inclusive de compra das terras. (CUNHA, 2009, p. 59).

No entanto, esta primeira liderança não seguiu à frente da insurreição política, fato que contribuiu significativamente para o despontar de José Porfírio como principal liderança de Trombas e Formoso. Com ele a própria organização “*teve um salto quantitativo e qualitativo*” (CUNHA, 2009, p. 60-1), especialmente no tocante aos intentos deste em resolver a questão da posse da terra (ESTEVES, 2009, p. 163).

A importância e representação de Porfírio ultrapassou também os muros da organização, pois o mesmo tornou-se o primeiro deputado estadual de origem camponesa e, portanto, fez da Assembleia legislativa de Goiás mais um flanco de atuação. Contudo também tinha que dividir o seu tempo entre ambas as atividades (ESTEVES, 2009, p. 171). Cunha aponta:

Paralelamente, os posseiros participaram ativamente das eleições legislativas, elegendo José Porfírio o primeiro deputado camponês da história. Pouco tempo depois, José Ribeiro veio a ser o primeiro camponês no Comitê Central, quando da realização do V Congresso em 1961. Isso, por si só, demonstra como Formoso e Trombas adquiriram uma importância ímpar quando comparados a outros movimentos, bem como o lugar desse campesinato na história do Brasil naqueles dias, aspecto igualmente reafirmado pela participação dos seus quadros na formulação das teses do I Encontro Camponês de Goiânia em 1963. (CUNHA, 2009, p. 66).

Ao longo de todo o período de luta e resistência de Trombas e Formoso, houve diferentes avanços e recuos significativos. Alguns deles se desdobraram em conflitos diretos, tal como a batalha de Tataíra, onde os policiais recuaram perante os posseiros, até tentativas de aniquilamento por parte do Estado de Goiás e Governo Federal (CUNHA, 2009, p. 62; ESTEVES, 2009, p. 168). De acordo com Esteves (2009), entre 1955 e 1957 foi o período mais conflituoso em Trombas e Formoso:

Os enfrentamentos armados em Formoso e Trombas se acirram no período entre 1955-57. Esses anos são marcados pelo maior número de confrontos entre posseiros e as forças policiais. É nesse período que Formoso e Trombas passa a ser notícia e se transforma numa das maiores questões políticas do estado de Goiás. Aliada à resistência armada contra as invasões das forças policiais e das tropas privadas dos grileiros – nesse momento uma estratégia imperiosa na manutenção das posses – os posseiros estabeleceram um importante canal de cooperação com um dos mais influentes meios de comunicação de Goiás: o Jornal de Notícias, semanário que pertencia a Alfredo Nasser, 15 presidente e líder do Partido Social Progressista (PSP) em Goiás. (ESTEVES, 2009, p. 166-7).

Sabemos que os conflitos se estenderam por longos anos em Trombas e Formoso. Assim como a maioria das insurreições políticas mencionadas anteriormente, esse

movimento visou uma outra organização sociopolítica que, inclusive, apresentava caráter separatista, com a finalidade de se vincular às influências oriundas dos soviéticos, chegando ao ponto de proporem a “Constituição do Estado das Trombas” e a figura de Porfírio como “Ditador” (CUNHA, 2009, p. 68). Sabe-se que as lutas renderam a conquista de algumas escrituras de terras. Todavia, com a chegada da Ditadura todo o cenário de luta e resistência no campo se alterou e a Associação chegou ao seu fim acompanhado de um intenso processo de perseguição de suas principais lideranças (ESTEVES, 2009, p. 171)

Outra insurreição política de grande importância fora a Guerrilha do Araguaia que, segundo Martins (1980, p. 132), ocorreu na região fronteira entre Pará e Goiás, entre os fins de 1972 a 1974. Apesar das poucas informações que se têm sobre a guerrilha, devido a não existência de correspondentes, um ponto relevante é a sua continuidade/resistência mesmo durante o período da ditadura militar:

Até onde se sabe, do pouquíssimo que se sabe, a guerrilha do Araguaia e o seu combate pelas Forças Armadas não tiveram correspondentes de guerra. Foi uma guerra suja, porca, no dizer de um coronel do Exército, ministro de Estado por duas vezes. Não teve vigência a Convenção de Genebra, segundo o mesmo coronel, desde 1964 vivemos o desenvolvimento com segurança. Não seria uma guerrilhazinha à-toa que iria desmentir a felicidade desse consórcio. (MARTINS, 1980, p. 131).

A origem dos guerrilheiros, na realidade, remete ao campesinato, atingido pelos projetos agropecuários que foram fortemente incentivados pela SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia –, e que, conseqüentemente, desdobraram-se em ameaças de expropriação para os camponeses. A partir desta condição conflituosa é que se constituiu a guerrilha do Araguaia, composta por 69 guerrilheiros (MARTINS, 1980, p. 142), e que, em síntese, foi protagonizada como uma complexa e tensa disputa travada entre os guerrilheiros e o exército.

Assim como as demais insurreições políticas, a Guerrilha do Araguaia foi uma luta eminentemente territorial, que emergiu como o reflexo dos avanços dos grileiros-fazendeiros em detrimento dos camponeses-posseiros que, conseqüente, organizaram-se buscando a resistência territorial. Ou seja, mais uma vez destaca-se o uso do Estado, neste caso representado pelo exército, como um importante instrumento de opressão para atacar o campesinato e representar os interesses das classes dominantes, bem como é extremamente relevante a importância dos movimentos socioterritoriais como forma de

organização e resistência popular, perante processos e problemas profundos (MARTINS 1980, p. 144).

A Guerrilha de Porecatu foi uma das mais importantes e ousadas conhecidas nesse período. Sua origem teve relação direta com o processo de ocupação do oeste do Estado de São Paulo e norte do Estado do Paraná, apresentando assim diversas semelhanças com os conflitos estabelecidos no Pontal do Paranapanema, especialmente por Porecatu estar em localização de divisa (SOBREIRO FILHO, 2013). Deste modo, estivera na região denominada por Monbeig (1984) de “frente pioneira” e “marcha pioneira”, onde houve significativa ação de grileiros, como um dos principais sujeitos que levou a cabo o processo de ocupação e desenvolvimento de uma agricultura, baseada no latifúndio grilado e no trabalho dos colonos e demais trabalhadores, em detrimento das terras públicas e dos posseiros.

Apesar dessa região ter suas bases históricas de ocupação ainda no século XIX, foi somente na virada da década de 1930 para 1940 que este processo se intensificou (PRIORI, 2009, p. 117), sobretudo, por conta da intensificação dos processos migratórios e da dispersão de imigrantes para as áreas de fronteira agrícola, aos auspícios do Estado e também maquinados pelos sonhos de obterem terras, portanto, reproduzirem-se socialmente como camponeses (SOBREIRO FILHO, 2013).

É fundamental destacar que, em alguns casos, os colonos e pequenos proprietários se anteciparam em relação aos latifundiários grileiros, e, em outros, estes foram trazidos para a região com o fito de promover a abertura de fazendas, ou seja, derrubar as matas sob a promessa de trabalho. Em alguns casos, promessas de pequenas porções de terra, mas que não receberam, pois os mesmos grileiros que os trouxeram também foram os responsáveis por algumas tentativas de expropriação, ora bem, ora mal sucedidas.

Nesta redoma apinhada de interesses e ocupações populacionais, com significativa deficiência no tocante à legitimidade da posse da terra, é que emergiram então alguns conflitos que vieram a culminar na formação da organização da guerrilha. A terra foi o elemento central no conflito em Porecatu e, a partir da complexificação da luta e das estruturas organizacionais, bem como o processo de massificação do movimento, é que foram surgindo outros elementos que, por sua vez, compuseram uma ampla pauta de luta e resistência, inclusive, rompendo também as dicotomias campo cidade, apesar de ter neste primeiro ponto como foco de luta e resistência.

Não obstante, diferentes sujeitos se envolveram também no conflito, dentre eles os posseiros, grileiros, jagunços, a polícia e pistoleiros, sendo estes últimos com o objetivo de avançar na expropriação. Indubitavelmente foi a resistência somada à atmosfera apinhada de conflitos e ameaças que culminaram na formação da guerrilha e no armamento de ambos os lados (PRIORI, 2009, p. 118). Em síntese, o conflito armado se iniciou em 1948 e teve seu fim somente em 1951, com ação da polícia:

Os conflitos armados tiveram início no fim de 1948 e só foram desmobilizados em julho de 1951, com a presença das tropas da Polícia Militar do estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo e do Paraná. (PRIORI, 2009, p. 118).

No entanto, durante o período de formação da guerrilha, a ação de articulação, liderança, influência e formação política, promovidas pelo PCB foi parte fundamental do processo. Além do uso dos diretórios de Jaguapitã e Londrina e do próprio Comitê Central como bases para a sustentação política da guerrilha, o partido também teve forte participação, enviando militantes experientes, armamentos, munição, roupas, alimentos e também suporte financeiro, pois tal tipo de atuação passou a ser parte de sua linha política para a viabilização da tomada de poder (PRIORI, 2009, p. 118).

Deste modo, a organização inicial passou a se qualificar significativamente, ou seja, o que a princípio foi tratado como uma associação, com fortes feições de Liga Camponesa, passou a se caracterizar também como uma guerrilha, sendo que a mesma já passava por um importante processo de espacialização da luta, alcançando as localidades de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Água das pelotas, Cabeceira do Centenário, Água tupi e Ribeirão do Capim (PRIORI, 2009, p.119).

A organização do movimento de guerrilha compreendia um amplo conjunto de membros, no entanto nenhum deles tivera tanta importância quanto a figura de Celso Cabral de Mello, (Capitão-Carlos) (PRIORI, 2009, p.125-9), que foi destinado para a região, com a finalidade de aprofundar e amplificar as articulações e luta da guerrilha, tão logo, passou a assumir o comando central:

Com a chegada de Celso Cabral de Melo, o “capitão Carlos” assumiu o comando do quartel-general, cabendo a Arildo Gajardoni e a Hilário Gonçalves Pinha o comando dos dois mais importantes grupos armados e uma interlocução privilegiada com o comandante-geral. (PRIORI, 2009, p. 127).

Sabe-se que houve uma importante massa envolvida no processo de articulação da luta, a princípio, um número aproximado de 1.500 posseiros. No entanto, assim como nas demais insurreições políticas e confrontos territoriais, havia significativa desigualdade em termos de instrumentos de luta e resistência, neste caso, com as armas (PRIORI, 2009, p. 128). Não obstante, reconhecia-se que a Força Policial era utilizada pelos grileiros que, por sua vez, também faziam uso de outros instrumentos e sujeitos na luta, tais como os jagunços e pistoleiros. Estes dois últimos difíceis de serem combatidos por conhecerem bem a região de atuação da guerrilha, bem como as táticas de atuação da mesma.

Outra dificuldade encontrada era a de que os guerrilheiros, muitas vezes, defrontavam-se com trabalhadores assalariados que estavam levando a cabo a “abertura” das fazendas e comumente desconheciam a existência de conflitos na região; assim como o próprio caráter devoluto das terras, fato que, de certo modo, criava algumas travagens para com o movimento, pois o mesmo não tinha como objetivo colocar em risco a vida dos trabalhadores (PRIORI, 2009, p. 131).

Fato é que a guerrilha existiu de 1948 a 1951, com significativa complexidade organizacional, tendo somente sua decaída com a prisão do Capitão Carlos. Sua prisão foi também consequência da amplitude que a luta tomou:

Com o desenvolvimento e a ampliação da luta armada, o Estado mobilizou um grande efetivo de homens para combater a resistência. O Exército, a Força Pública e o DOPS agiram fortemente, a fim de prender os posseiros e desmobilizar os grupos armados. No entanto, o movimento começou a ser desestruturado na cidade de Londrina. No dia 17 de junho de 1951, a polícia e os agentes do DOPS localizaram uma reunião da direção do PCB, que discutia exatamente a revolta de Porecatu e, numa ação bem-sucedida, acabaram prendendo todos os dirigentes do PCB da cidade e alguns membros do comando da revolta. (PRIORI, 2009, p. 139).

A prisão do Capitão Carlos foi o principal fato que levou à desmobilização, sobretudo porque, apesar de existirem outras, nenhuma das lideranças tinha a mesma autonomia e articulação com os demais posseiros que compunham a guerrilha. Por fim, o recesso da guerrilha fora vertiginoso e rápido, desdobrando-se na cessação das ações já em julho de 1951, conforme aponta Priori:

No fim de julho de 1951 já não havia posseiros com armas na mão. Muitos foram presos, outros fizeram acordos com os grileiros e outros, ainda, saíram da região, para se dedicar à militância clandestina no PCB. (PRIORI, 2009, p. 140).

### **Outras insurreições políticas**

Em todo o território nacional brasileiro houve várias insurreições políticas, algumas destas com registros, outras com poucos e as demais sem literatura aprofundada sequer para podermos avançar nas articulações e discussões. Fato é que em diversos espaços e períodos da longa história brasileira existiram contestações e organizações de movimentos que tiveram como base de suas ações a luta e resistência territorial ou a contestação de determinadas configurações e ordens socioespaciais. Em sua ampla maioria, foram insurreições organizadas por camponeses que se encontravam em condições de opressão que ameaçavam seus territórios, condições laborais e de vida. Dentre elas destacamos ainda:

- As revoltas de 1736 no sertão de Minas Gerais, especialmente contra os abusos na cobrança de impostos pelos portugueses (FIGUEIREDO, 2008);
- A expulsão do campesinato, monopolização e resistência ao serviço militar, na segunda metade do século XVIII, no Rio Grande do Sul (OSÓRIO, 2008);
- A insurreição política em Juiz de Fora (MG), no século XIX, visando a resistência territorial (GUIMARÃES, 2008);
- “A luta dos Monges Barbudos”, na década de 1930, em Soledade, estado do Rio Grande do Sul (CREMONESE, 2009);
- A revolta do Capim (1891), no município de São Domingos do Capim, Pará (FARIAS, 2008);
- Revolta de Dona Noca, em 1951, no estado do Maranhão (STEDILE; 2012);
- Sudoeste do Paraná, em 1957 (MEDEIROS, 1989; BONETI, 2009);
- Baixada dos Guanabara, em 1958 (MEDEIROS, 1989);

Indubitavelmente existiram inúmeros conflitos, sendo que muitos destes sequer alcançaram outras escalas ou chegaram a serem registrados na história. Também é fundamental destacar que muitas das lutas sofreram um significativo retrocesso, durante o período da ditadura (FERNANDES, 1999), que quase em sua maioria foram reprimidas logo no início ou foram fechadas as organizações. Inclusive, os partidos que davam suporte, bem como também lideranças, intelectuais, militantes e demais sujeitos envolvidos nos processos de enfrentamentos foram ameaçados, mortos, perseguidos e/ou exilados.

### **Considerações finais**

Historicamente as disputas por territórios no Brasil foram promovidas por diferentes etnias, raças, corpos, crenças, cosmovisões, epistemes, origens linguísticas, gêneros, capitais, colonizações etc. Contudo, é constante a existência não somente do par ofensiva-resistência, mas também do território. As vias de entrada são tão diversas quanto os sujeitos que as protagonizam. Indubitavelmente, o território tem sido a salvação, a busca, o caminho, a estratégia, o motivo da origem, o sonho e até o pesadelo de alguns movimentos socioterritoriais. Mas não há dúvidas de sua participação e relevância para a existência e compreensão das lógicas-racionalidades espaço-temporais dos movimentos.

Na análise dos casos abordados, evidencia-se a imprescindibilidade do território, bem como a compreensão reticular espaço-temporal das lutas que se influenciam e se “reencarnam” ou, tomando emprestado a leitura de Milton Santos, tornaram-se rugosidades no espaço. É do nosso interesse também entender alguns dos elementos comuns entre esses sujeitos, o Estado e demais envolvidos.

As ações coletivas analisadas nos permitem compreender que, aos poucos, os sujeitos não representados pelo Estado promoveram processos de subversão objetiva do que se compreendia por território, embasados fortemente na perspectiva da centralidade do Estado, a ponto de construir e reproduzirem territorialmente seus anseios por “liberdades socioterritoriais”, aos auspícios de princípios multidimensionais. Em outras palavras, construíram territórios a partir de experiências populares e outras formas de se produzir-consumir-transformar o espaço. As crenças e as motivações de fé também foram arroladas a estes espaços, evidenciando-os enquanto relevantes para que determinadas cosmovisões pudessem existir.

Injustiças, vinganças e afrontas permearam várias das insurreições que se desenvolveram no Brasil nos últimos tempos. As lutas armadas, em sua maioria, estiveram envolvidas neste cenário e foram utilizadas, sobretudo, como instrumentos de resistência e defesa dos interesses das classes populares, face ao Estado e ao Capital. A necropolítica compôs o cenário de repressão praticado e instrumentalizado pelo Estado em diferentes contextos. O Estado massacrou a todos de uma forma direta e/ou indireta vulnerabilizando-os e se ausentando de suas ações.

Contudo, nos diversos eventos, denota-se a presença majoritária de mortos compondo as classes menos abastadas. Os adversários do Estado, assaz agrário, foram

vencidos de forma brutal, esmagadora ou foram expropriados, fazendo com que a morte estivesse presente em todas as suas vitórias. Em alguns contextos, Estado e Latifúndio se uniram para serem cruéis e exibicionistas de sua brutalidade. Inclusive, o assassinato, difusão e exposição das lideranças mortas compuseram um quadro de evidências sobre a necessidade do capital agrário, em parceria com o Estado, praticar o suplício dos que lutaram contra as hegemonias. Podemos dizer que isso evidencia a imprescindibilidade da vida para o território e que o extermínio de territórios também ocorre por meio de uma necropolítica;

Além da objetiva negação de uma forma única de se gerir o território nacional e de se praticar políticas de “desenvolvimento”, as insurreições políticas também evidenciaram uma sensível relação entre Estado e Movimentos Socioterritoriais, especialmente em contextos de presenças-ausências incipientes deste Estado, pois verifica-se que em alguns casos foram relacionados às formas de auto-organização e autogoverno. Em outras palavras, trataram-se da criação de organizações que figurassem simulacros do Estado, ou seja, tratando do ideal para a suas classes.

Por fim, outros dois aspectos relevantes foram as evidentes transformações após algumas insurreições políticas, pois Canudos, Contestado, Cabanagem, o Cangaço já não se restringiram mais a uma cor-raça-etnia, mas passaram a alcançar sobretudo o debate sobre classe, e também o fato de que, aos poucos, a presença de lideranças começou a se tornar forte e com elas vieram os primeiros ícones (Zumbi dos Palmares, Antonio Conselheiro etc.). Além de contribuir para a criação de imaginários, difusão das lutas, construção de constelações inspiratórias, traduziram-se em toponímias de territórios de luta, resistência no campo e cidade da atualidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. Editora Ática: São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. (Org) Clifford Andrew Welch... et al. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

AURAS, M. **Guerra do Contestado**: a organização da Irmandade Cabocla. Cortez Editora: Florianópolis, 1984.

BONETI, L. W. Organização e luta camponesa no Sudoeste. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo**, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CASTRO, J. **Sete palmos de terra e um caixão**: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967.

COLOVAN, F. C. **Movimentos populares no império, terra e cidadania**. Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, 2009.

CREMONESE, D. **Monges barbudos**: resistência e massacre de camponeses no Sul do Brasil. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo**, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930- 1960). Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2009

CUNHA, P. R. Trombas: um ensaio revolucionário. In: **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DIAS, C. M. M. Movimentos sociais do século XIX: resistência e luta dos Balaios no Piauí. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1946.

ESTEVES, C. L. S. Formoso e Trombas: luta pela terra e resistência camponesa em Goiás – 1950-1964. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo**, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FARIAS, W. G. A Revolta do Capim: camponês envolvidos em disputas politicopartidárias no início da República. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005.

FIGUEIREDO, L. “Viva o povo! Morte aos traidores!” As quimeras do sertão em Minas Gerais, 1736. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

GUIMARÃES, E. S. Rompendo o silêncio: conflitos consuetudinários e litigiosos em terras pró-indivisas (Juiz de Fora, Minas Gerais – século XIX). In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

JULIÃO, J. Que são as Ligas Camponesas? In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. (Org) Clifford Andrew Welch... [et al.]. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. Contexto: São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. 1ª edição. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1984. 392 p.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA, 1981.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OSORIO, H. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 235 f. Teses (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

PRIORI, A. A revolta camponesa de Porecatu. In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo, vol. 2: concepções de justiça e resistência**

nas repúblicas do passado (1930-1960). Marcia Motta, Paulo Zarth (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2009.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo**. N 22, dezembro, 2006, p. 5-30.

SECRETO, M. V. (Des)Medidos Quebra-quilos e outros quebras nos sertões nordestino (1874-1875) In: **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SILVA, F. P. A história do Levante dos Malês. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. N. 20, Abril, p.203-208.

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e *contentious politics***: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 423 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016

SOBREIRO FILHO, J. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços**: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. 546 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013a.

STEDILE, J. P. (Org). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mobilização camponesa no Pontal**: retratos de permanências e transformações de relações sociais no campo, 1946 – 1996. 2009. [http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes\\_2009.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2009.pdf).

WELCH, C. A.; GERALDO, S. **Lutas Camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luis de Moraes. Paz e Terra: São Paulo, 1992

Recebido em 26/11/2019. Aceito para publicação em 22/03/2020.
--